

# Lista de Fachin

Fernando de Holanda Barbosa

Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE)

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, relator da Operação Lava Jato, divulgou no último dia 11 de abril a lista de políticos, com foro privilegiado, a serem investigados pela Procuradoria-Geral da República. A lista, baseada nas delações premiadas de 78 executivos da Odebrecht, passou a ser conhecida pela Lista de Fachin (LF). Os políticos incluídos nessa lista são suspeitos de corrupção, aceitando dinheiro não contabilizado para o financiamento de eleições, conhecido como caixa dois, e (ou) pagamento por “serviços” prestados, como, por exemplo, aprovar medidas provisórias e intermediar a obtenção de contratos para a Odebrecht em empresas estatais.

A tabela, apesar de não incluir o universo dos investigados, mostra a abrangência da LF. O PT ocupa o primeiro lugar, o PMDB o segundo lugar, o PSDB o terceiro e o PP ocupa a quarta posição. Os presidentes da Câmara e do Senado fazem parte da LF. O presidente Temer, mencionado nas delações não foi incluído na LF porque, legalmente, como presidente da República não responde por fatos antes de assumir

a Presidência da República. Existe ainda a segunda Lista de Fachin daqueles que não têm foro privilegiado, na qual estão incluídos os ex-presidentes FHC, Lula e Dilma. O ex-presidente Collor faz parte da primeira lista porque é senador. Essa lista, caso as acusações sejam comprovadas, mostra a precariedade das nossas instituições. Como explicar esses fatos e o que fazer para que eles não se repitam?

Antes de responder a esta pergunta cabe fazer algumas obser-

vações. A primeira é de que o PT prestou um grande serviço ao país com a Operação Lava Jato. O mecanismo montado pelo PT, na Petrobras, para o financiamento de suas campanhas eleitorais, descoberto por obra do acaso com a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, permitiu que se conhecesse toda a relação incestuosa entre as empreiteiras e os partidos políticos. Em segundo lugar, o PT que se apresentava como defensor da ética e da moral mostrou que o voluntarismo na prática não funciona. Em terceiro lugar, muitos políticos alegam que o crime de caixa dois deve ser diferenciado do crime de corrupção. O caixa dois não seria tão grave quanto a corrupção. Nessa questão concordo com o juiz Sergio Moro que afirmou que roubar a eleição é mais grave do que roubar para comprar uma bolsa Louis Vuitton. Ademais, o que um político faz quando sobra dinheiro do caixa dois? Devolve ao doador ou embolsa para usá-lo a seu bel-prazer?

A teoria econômica, desde as contribuições de Gary Becker, Prêmio Nobel de Economia de 1992,

Partidos políticos	Número de políticos investigados
PT	20
PMDB	16
PSDB	13
PP	9
PSP,DEM	5
PR,PSB	4
PCdoB,PRB	3
PMN,PPS,PTB,PTdoB,PTC	1

usa o arcabouço da escolha para entender o comportamento humano em atividades ilegais, como corrupção, crime, uso de drogas etc. O político, como qualquer pessoa, toma decisões baseado no seu próprio interesse. Ele calcula os benefícios e os custos de cada decisão. O principal benefício do caixa dois é sua eleição. O custo do caixa dois é o valor esperado de ser descoberto praticando um ato ilegal e a pena correspondente. Pelo visto esse custo era bastante baixo, pois um grande número de políticos brasileiros usou esse expediente.

O que fazer para impedir a repetição da corrupção desenfreada nas eleições? Reduzindo o benefício e aumentando o custo para o político. O benefício pode ser reduzido pela perda do mandato respectivo, e o custo aumentado estabelecendo que esse político se torne inelegível

---

A existência do caixa  
dois pressupõe um  
doador de recursos. Este  
também deve ser punido,  
para que ele pense duas  
vezes antes de fazer essa  
operação ilegal

---

pelo resto de sua vida. A existência do caixa dois pressupõe um doador de recursos. Este também deve ser punido, para que ele pense duas vezes antes de fazer essa operação ilegal. A qualquer empresa, ou pes-

soa física a ela ligada, que faça esse tipo de doação, não será permitido fazer qualquer negócio com o setor público o resto da vida.

Essas ideias são inspiradas no caso de Spiro Agnew, vice-presidente americano, de 1969 a 1973, quando Richard Nixon era o presidente. O mecanismo da delação premiada levou os promotores americanos a descobrirem que Spiro Agnew tinha recebido propina desde o tempo em que era governador do estado de Maryland. A pena dele não foi a cadeia, mas a renúncia, com a confissão de culpa e o compromisso, por escrito, que jamais se candidataria a qualquer cargo público.

A Lista de Fachin é o retrato do comportamento de políticos brasileiros no passado. O futuro pode ser diferente se mudarmos as regras do jogo, isto é, as instituições. ▼



## CONJUNTURA ECONÔMICA

### Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:  
(21) 3799-6844

Outros estados:  
08000-25-7788 (ligação gratuita)